



Governo Lula: Um Breve Balanço de Seus Primeiros 3 Meses

Parece mais tempo, devido à intensidade de exposição com que todos os debates vêm sendo exibidos e analisados na mídia, mas estamos a completar os primeiros 3 meses do governo Lula, o que merece uma pausa para reflexão sobre alguns pontos críticos.

Ironicamente, os principais obstáculos vividos pelo governo petista estão relacionadas à dificuldade em alinhar seu discurso eleitoral e da fase em que se encontrava na oposição com as complexidades e os desafios de atuar como governo, particularmente em um país com os enormes desafios e com um sistema democrático ainda imaturo. As principais fontes de atrito do governo, no que tange a evolução das discussões chaves sobre as mais urgentes reformas necessárias ao país, como a previdenciária e a tributária, estão na própria base do PT, e não na oposição de PSDB e PFL, como seria de se esperar.

Esta situação não espanta quem acompanhou de perto os posicionamentos muitas vezes irresponsáveis e inconsistentes assumidos pelo PT enquanto oposição em face às reformas então propostas pelo governo FHC, que são a base das reformas atualmente propostas pelo governo Lula. Para um partido do tamanho e importância nacional do PT, ter sido oposição durante praticamente toda a sua vida resultou numa falta de experiência, agora cada vez mais patente, acerca dos desafios de se atuar como governo. Mais ainda, deixaram o PT insensível às dificuldades de outros governos em implementar reformas, sejam econômicas ou sociais, na profundidade que tanto a sociedade quanto os próprios governantes gostariam. Além disso, a fome de chegar à sonhada presidência da república foi tal que induziu alguns dos principais quadros a assumirem posições irresponsáveis de oposição com motivações puramente eleitorais, o que ilustra a imaturidade do processo democrático no Brasil mencionada acima.



De fato, o advento da chegada do PT ao poder, entre outros efeitos para o país, deve resultar em um amadurecimento das instituições democráticas do mesmo. Sabendo como se sente "a vidraça" na qual todos atiram pedras, espera-se que no futuro o PT, quando se ver novamente em situação de oposição, coordene suas posições e atitudes de forma mais responsável para a nação.

Dito isso, devemos também nos dar conta de que pouco se poderia esperar do governo Lula além do que vem sendo realizado em período tão curto. As discussões acerca de reformas fundamentais ao país, incluindo, mas não limitado às reformas tributária e previdenciária, estão em andamento e envolvem diversos setores da sociedade. A gestão econômica tem sido feita de forma responsável, apesar de dolorosa, mas mais uma vez se evidencia a sina de qualquer governante brasileiro, independente de partidos: a repercussão interna de crises externas sobre as quais não temos influência direta. É irônico ver os ministros de Lula justificando suas posições com discursos similares aos de ministros governistas antes tão criticados pelo PT oposição, ironia esta que as vezes nos desvia a atenção do que é realmente importante, nominalmente a seriedade que a cúpula do governo vem demonstrando no que tange os assuntos econômicos, não tendo em momento algum assumido uma postura populista para "salvar o país". Esperando-se que PSDB e PFL mantenham seu compromisso de se empenhar em uma oposição responsável, as reformas devem evoluir mais do que ocorreu nos governos passados, cujas ações foram bloqueadas tantas vezes de forma pouco criteriosa. Se assim for, o governo seguinte, independente de partidos, se encontrará em situação muito mais sólida para dirigir o país. Isso é maturidade democrática: saber onde convergir e onde divergir com o interesse nacional acima de interesses políticos-partidários.

O principal desafio do governo, obviamente, será implementar as reformas fundamentais para permitir o desenvolvimento



econômico do Brasil. A discussão sobre a reforma tributária tem dois pontos básicos: a equalização da cobrança de ICMS, que deve por um fim às guerras fiscais entre os estados e definir a base para cobrança do tributo (origem ou destino do produto); e a desoneração dos setores produtivos.

O primeiro ponto, apesar de complexo por envolver interesses muitas vezes divergentes nos estados (que são a base eleitoral de qualquer governo) pode ter uma solução ainda este ano, pois o debate se encontra em estágio avançado em função das profundas distorções do atual sistema. Dependerá, parafraseando termo caro ao PT, de "vontade política". Quanto a reduzir a enorme carga tributária que brasileiros enfrentam, seja como pessoas físicas ou jurídicas, o problema é maior, uma vez que o Estado não está em situação que o permita abrir mão de receitas fiscais, especialmente no curto prazo. A concepção de que uma diminuição na carga tributária aumentaria a base de contribuintes e teria, portanto, um efeito fiscal positivo se torna inócua em face às restrições de curto prazo do governo, uma vez que este efeito, se houver, só ocorrerá no médio/longo prazo.

Sua implementação depende, portanto, de uma reforma mais abrangente do Estado, reduzindo sensivelmente sua necessidade de financiamento. Daí a importância da reforma previdenciária, que precede a possibilidade de se discutir uma reforma tributária mais profunda, que resulte efetivamente em menos impostos para a população e as empresas. Sendo a principal fonte de déficit no orçamento público, qualquer solução passa por uma reforma do atual sistema. Sem entrar no mérito de causas e direitos específicos de setores da sociedade, que podem se traduzir em justas reivindicações ou não, dependendo do ponto de vista dos interessados, já está claro que a solução envolverá necessariamente perdas para diversos setores da sociedade. É o preço que se paga por ter permitido que a situação chegasse no ponto em que se encontra. Os sinais de convergência com base nesta visão, apesar de incipientes, já



podem ser vistos nos discursos de representantes de alguns dos principais setores interessados. Assim, é possível que vejamos um progresso na discussão, definição e implementação de uma solução à questão previdenciária durante o governo Lula. Neste caso, o sucesso dependerá não de vontade, e sim de habilidade política. Habilidade esta que ainda precisa ser provada. A velocidade, contudo, é chave para que esta reforma seja efetiva e resulte em benefícios o quanto antes, tendo em vista que o efeito real de uma reforma previdenciária levaria no mínimo uma geração para se manifestar.

E no meio disto tudo, como os expoentes do governo FHC podem afirmar com profundo conhecimento de causa, o governo enfrentará ainda o desafio de 'tourear' o contexto internacional desfavorável cujos efeitos se sentem, sempre, fortemente no Brasil. O primeiro desafio já se apresentou através do conflito no Iraque. É um entre muitos, mas que deve ser considerado mais cuidadosamente não só pela situação em si, mas pelo que pode dela resultar: uma quebra da atual ordem internacional, cuja base foi o multi-lateralismo. Uma mudança profunda neste sentido certamente implicaria em novos desafios para o país, aos quais o governo deve se manter atento.

Apesar das crescentes manifestações de impaciência e descontentamento, o governo Lula ainda dispõe de ampla boa vontade, do tal "voto de confiança" da sociedade. Deve ter cuidado em manter esta base de apoio forte enquanto puder. Deve evitar gerar expectativas irreais, essencialmente as mais 'marketeiras', como ocorreu com o programa Fome Zero, já ameaçado e duramente criticado antes mesmo de nascer, e fonte de decepção para muitos eleitores. Ainda é pouco tempo para uma análise mais profunda, mas não se pode dizer que o governo foi nem muito bem nem muito mal nestes primeiros 3 meses. Está trilhando seu caminho, e talvez o mais importante, vem amadurecendo no processo, o que é altamente benéfico ao país.



ARTIGOS

Daniel B. Carneiro da Cunha é associado da DealMaker